



Anais da Assembléia

N.º 28

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE ABRIL DE 1979.

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA
ATA DA 26.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1979.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Domingos.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem n.º 37/79

Curitiba, 06 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 20 de fevereiro de 1979, entre o Governo do Estado, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Curitiba, objetivando a concessão de apoio financeiro ao Município, na execução das obras necessárias ao desenvolvimento da infraestrutura urbana da Capital do Estado, constantes do "Programa Especial de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba" definidos em convênios anteriormente celebrados.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
 Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 38/79

Curitiba, 06 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de auxílio e cooperação celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios abaixo especificados, com interve-niência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná — FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa:

Município e n.º do Convênio	Data da celebração
Doutor Camargo - 06/79 - SEPL	30/01/79
Nova Cantu — 12/79 — SEPL	05/03/79
Planaltina do Paraná - 14/79-SEPL	07/03/79
Doutor Camargo - 29/79-SEPL	30/01/79
Salto do Itataré - 49/79-SEPL	06/03/79
Wenceslau Braz - 50/79-SEPL	22/02/79
Uniflor - 54/79-SEPL	23/02/79
Jundiá do Sul - 56/79-SEPL	02/03/79
Nova Fátima - 57/79-SEPL	1.º/03/79
São Sebastião da Amoreira - 58/79-SEPL	07/03/79
Itambaracá - 59/79-SEPL	1.º/03/79
Nova Aurora - 61/79-SEPL	05/03/79
São Carlos do Ivaí - 65/79-SEPL	05/03/79
Salto do Lontra - 67/79-SEPL	02/03/79
Terra Boa - 68/79-SEPL	07/03/79
Castro - 69/79-SEPL	07/03/79
Quitandinha - 70/79-SEPL	23/02/79
Nova Aliança do Ivaí - 71/79-SEPL	01/03/79
Quedas do Iguaçu - 72/79-SEPL	01/03/79
Sertaneja - 73/79-SEPL	06/03/79
Santa Cruz do Monte Castelo - 74/79-SEPL	01/03/79
Dois Vizinhos - 77/79-SEPL	02/03/79
São João - 78/79-SEPL	02/03/79
Bituruna - 79/79-SEPL	02/03/79
Maringá - 80/79-SEPL	02/03/79
Loanda - 81/79-SEPL	05/03/79
Jacarezinho - 82/79-SEPL	05/03/79
Andirá - 83/79-SEPL	02/03/79
Guaporema - 84/79-SEPL	02/03/79
Carlópolis - 85/79-SEPL	05/03/79
Santa Inês - 86/79-SEPL	05/03/79
Siqueira Campos - 87/79-SEPL	06/03/79
Araruna - 89/79-SEPL	06/03/79
Formosa do Oeste - 90/79-SEPL	06/03/79
Paraíso do Norte - 93/79-SEPL	05/03/79
Ribeirão Claro - 94/79-SEPL	05/03/79
Santo Antônio da Platina - 95/79-SEPL	05/03/79
Terra Roxa - 96/79-SEPL	07/03/79
Ribeirão do Pinhal - 98/79-SEPL	05/03/79
São Jorge do Oeste - 99/79-SEPL	02/03/79
Pinhalão - 101/79-SEPL	05/03/79
Uraí - 1-2/79-SEPL	05/03/79
Rondon - 103/79-SEPL	06/03/79
Engenheiro Beltrão - 104/79-SEPL	05/03/79
Presidente Castelo Branco - 105/79-SEPL	07/03/79
Cândido de Abreu - 106/79-SEPL	01/03/79
Ibaiti - 107/79-SEPL	05/03/79

Nova Esperança - 108/79-SEPL	02/03/79
Nova Santa Rosa - 109/79-SEPL	05/03/79
Francisco Beltrão - 110/79-SEPL	02/03/79
Iretama - 111/79-SEPL	06/03/79
Moreira Salles - 112/79-SEPL	05/03/79
Jaboti - 113/79-SEPL	07/03/79
Sapopema - 114/79-SEPL	05/03/79
São Pedro do Paraná - 118/79-SEPL	08/03/79
Marmeleiro - 119/79-SEPL	07/03/79

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 39/79

Curitiba, 06 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios abaixo especificados, e interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Município e n.º do Convênio	Data da Celebração
Borrazópolis - 150/78-SEPL	09/11/78
Bituruna - 148/78-SEPL	13/11/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 40/79

Curitiba, 06 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do primeiro Termo Aditivo de 02 de dezembro de 1978, ao Convênio n.º 02/78, de auxílio e cooperação, celebrado em 05 de maio de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de CURITIBA, com a participação da Secretaria de Estado do Planejamento e interveniência da Secretaria de Estado dos Transportes, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e da Fundação de Assistência aos Municípios - FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras referentes ao projeto de complementação da via de ligação Curitiba-São José dos Pinhais-Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres).

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 41/79

Curitiba, 06 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de auxílio e cooperação n.º 157/78, celebrado em 29 de novembro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de DIAMANTE DO NORTE, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 42/79

Curitiba, 06 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa:

Município e n.º do Convênio	Data da celebração
Mamborê - 240/78-SEPL	29/11/78
Boa Esperança - 259/78-SEPL	09/01/79
Jataizinho - 20/79-SEPL	30/01/79
Jaguapitã - 60/79-SEPL	08/03/79
Diamante do Norte - 63/79-SEPL	14/03/79
Manoel Ribas - 75/79-SEPL	13/03/79
Pitanga - 76/79-SEPL	12/03/79
Alvorada do Sul - 88/79-SEPL	08/03/79
Goioerê - 91/79-SEPL	09/03/79
Matelândia - 92/79-SEPL	12/03/79
Bela Vista do Paraíso - 97/79-SEPL	12/03/79
Altônia - 100/79-SEPL	02/03/79
Tibagi - 115/79-SEPL	13/03/79
Cascavel - 116/79-SEPL	09/03/79
Cianorte - 117/79-SEPL	12/03/79
Campo Mourão - 120/79-SEPL	07/03/79.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 43/79

Curitiba, 06 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios adiante especificados, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR:

Data do Aditivo	Município
30/01/79	Merechal Cândido Rondon
30/01/79	Palotina
30/01/79	Matelândia
30/01/79	Catanduvas
30/01/79	Céu Azul
30/01/79	Formosa do Oeste
30/01/79	Guaíra
30/01/79	Guaraniaçu
30/01/79	Nova Aurora
30/01/79	Nova Santa Rosa
30/01/79	Santa Helena
30/01/79	Terra Roxa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 44/79

Curitiba, 06 de abril de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios abaixo especificados, com a participação da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

Data do Aditivo	Município
30/05/78	Uniflor
30/05/78	Flórida
30/05/78	Santa Inês
30/05/78	Lobato
03/11/79	Paulo Frontin
30/11/78	Porto Vitória
30/05/78	Sapopema
03/11/78	Tijucas do Sul
30/11/78	Campo do Tenente
30/05/78	Japira.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 14, na cidade

de Feira de Santana - Bahia, da Sra. Eliza Simões Mendes, mãe do Reverendíssimo Bispo Diocesano da cidade de Campo Mourão, Dom Elizeu Simões Mendes.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador CID CAMPELO, ocorrido ontem, nesta Capital.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador CID CAMPELO, ocorrido ontem, nesta Capital.

O desembargador CID CAMPELO, foi uma figura de grande projeção na magistratura paranaense, destacando-se com brilhantismo nos meios sociais e políticos do Paraná, onde gozava do maior conceito e admiração e, seu desaparecimento aos 83 anos de idade, deixa uma lacuna nos meios forenses deste Estado.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de regozijo pela passagem na próxima quarta-feira, dia 18 de abril, do DIA NACIONAL DE LUTA PELA ANISTIA.

Deve-se enviar expediente comunicando o presente ao Comitê Brasileiro Pela Anistia-Curitiba, Movimento Feminino Pela Anistia-Curitiba e Comitê Estudantil Independente pela Anistia-Curitiba.

Justifica-se o requerimento, pela luta que vem sendo desenvolvida pelas entidades referidas, em nossa Capital, com relação à campanha pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA. E também por comemorar-se no próximo dia 18 de abril, 34 anos da ANISTIA concedida por Getúlio Vargas.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhada manifestação de regozijo deste Poder Legislativo à Sua Excelência o Presidente da República, pela indicação do nome do ex-Governador Jayme Canet Júnior para compor o Conselho Monetário Nacional.

Tal indicação vem reconhecer a valiosa contribuição que o Estado do Paraná presta ao desenvolvimento da Nação e fortalecendo cada vez mais, através de seus homens públicos, a nossa política econômico-financeira.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrita na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, uma homenagem ao ilustre paranaense UBALDINO LEAL FONTOURA, figura honrada, que está encerrando uma longa e vitoriosa carreira, após prestar quarenta e cinco anos ininterruptos ao Poder Judiciário paranaense. Filho do ex-deputado estadual José Leal Fontoura, sua formação foi marcante e decisiva para o sucesso profissional e familiar.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1979.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Para definir melhor a homenagem que a Casa está prestando ao cidadão paranaense UBALDINO LEAL FONTOURA, nada melhor do que pensamento do seu próprio filho, GILBERTO FONTOURA, traduzido através de uma matéria publicada no jornal "Gazeta do Povo", cujo recorte anexamos ao requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, com fundamento no artigo 16, da Constituição Estadual, combinado com o artigo n.º 34 e seu parágrafo único, do Regimento Interno da Casa, REQUER a constituição de Comissão de Inquérito, composta de cinco (05) membros, para, no prazo de sessenta (60) dias, tomar as medidas cabíveis, no sentido de investigar e propor soluções para o problema do menor abandonado e suas implicações sociais, principalmente quanto ao trabalho dos órgãos da Administração Pública que tem relação direta com o problema.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1979.

(a) MÁRIO CELSO

Apoio: Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Nilton Friedrich, Antônio Facci, Darcy Deitos, Fiori Luiz, Deni Schwartz, Renato Bernardi, Romero Filho, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Nelson Buffara, Gernote Kirinus, José Domingos, Adalberto Daros, Lineu Turra, João Elísio, Quielse Crisóstomo, Wilson Fortes, Waldyr Pugliesi e Cyro Martins.

JUSTIFICATIVA:

O índice de delitos praticados por menores no Paraná está atingindo limites realmente inquietadores. Dando por pacífica a idéia de que a delinquência, em todas as suas formas, tem causa sócio-econômica, no caso do Menor Abandonado, isso toma feições mais sérias, pois se em relação ao delinquente adulto a preocupação do Estado deve ser a sua recuperação para a sociedade, quanto ao menor, essa preocupação deverá ser a eliminação ou, ao menos, diminuição dos efeitos e das causas determinantes de sua trajetória para a delinquência.

Para isso, o Estado criou vários órgãos administrativos destinados a atacar esses problemas e para eles encontrar soluções.

Esta Comissão de Inquérito tem, por objetivo fundamental investigar, dentro de todos os meios possíveis, se ditos órgãos estão desempenhando efetivamente suas obrigações. Se não estão, porque não estão? Inclusive quanto às polpudas verbas que lhe são destinadas.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 38/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSO-

CIÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO IVAÍ, com sede e foro no Município de São Pedro do Ivaí.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Professores do Município de São Pedro do Ivaí, preenche as normas para declaração de utilidade pública, como determina a Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978.

A entidade tem por finalidade a aproximação mais íntima dos educandos, pais e professores, para seu próprio aperfeiçoamento, a fim de mais eficientemente poderem trabalhar para a formação do educando, como ser ajustado, útil e produtivo da sociedade humana.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado João Elísio Ferraz de Campos.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O Paraná que na gestão do Presidente Ernesto Geisel contribuiu com muito de seus talentos para a administração pública federal, vem, agora, no mandato do atual Presidente continuando com a sua participação.

Assim, o Sr. Jayme Canet Júnior vem de ser convocado para ocupar um dos mais altos cargos da República, o de membro do Conselho Monetário Nacional.

Novamente a terra paranaense está sendo reconhecida através o muito que vem ensejando a Pátria, seja através de talentos ou divisas obtidas com a exportação.

O Conselho Monetário Nacional surgiu por ocasião da criação do Sistema Financeiro Nacional, juntamente com o Banco Central, através da Lei n.º 4.595, de 31.12.64, conhecida como a reforma bancária e que passou a vigir a partir de abril de 1965.

Aquele colegiado encontra-se no ápice da estrutura básica do Sistema Financeiro Nacional e tem, em segundo plano, o Banco Central do Brasil.

Possui na sua estrutura Comissões Consultivas que regulam as atividades Bancárias, de Mercado de Capitais, de Crédito Industrial e de Crédito Rural.

Destaca-se quatro fases distintas antes de chegar-se a estrutura atual do Sistema Financeiro Nacional.

Em sua primeira fase, com o Código Comercial Brasileiro, através da Lei n.º 556, de 1850, que teve a duração de 32 anos. Tudo girava empiricamente em torno do artigo n.º 120, possuindo a seguinte redação: "As operações de Bancos serão decididas e julgadas pelas regras gerais dos contratos estabelecidos neste código, que forem aplicáveis segundo a natureza de cada uma das transações que se operarem".

A fase seguinte é a do Serviço de Fiscalização Bancária (operações cambiais e bancárias) com duração de 24 anos (1921 a 1945) cujo serviço era exercido pela Inspeção Geral de Bancos, sob a Superintendência do Ministério da Fazenda. A terceira fase caracteriza-se pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), com a duração de 20 anos (1945-1956).

A FASE ATUAL

Na fase atual, a do Conselho Monetário Nacional, cujas principais atividades são: adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio da balança de Pagamento; orientar a aplicação dos recursos do Sistema Financeiro; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetárias, Creditícia orçamentária fiscal e da dívida interna, bem como o endividamento externo; acompanhar o fluxo do pa-

pel moeda, autorizando emissões e seus recolhimentos; disciplinar o crédito em todas as suas formas, fixando as taxas de juros, descontos etc. e, finalmente, o de fixar o percentual do recolhimento compulsório.

Tais práticas dizem bem da importância do cargo ao qual acaba de ser alçado o ex-Governador. A composição, desde 1969, é a seguinte: oito membros natos — os Ministros da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio, da Agricultura, do Interior; os Presidentes do Banco Central, do Banco do Brasil e do B.N.D.E., além de seis membros independentes, sendo dois representantes das classes empresariais, o que vem, sem dúvida retratar o prestígio paranaense.

Agora, temos a nova composição do Conselho, que é além dos já citados, mais os Presidentes da Caixa Econômica Federal, do B.N.H., do I.R.B., C.V.M., e oito representantes no Setor Privado."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Assomô a esta tribuna, no dia de hoje, com o maior júbilo e satisfação, para prestar a minha sincera e grata homenagem ao tradicional Município de Palmas, seus dirigentes e moradores.

Comemora essa progressista comuna paranaense seu primeiro centenário de emancipação político-administrativa, com festejos e solenidades cívicas, pois tão magna data não poderia passar despercebida por nós que a queremos muito, que aprendemos a amá-la e respeitá-la.

Palmas de hoje está edificada sob alicerces sólidos e perenes, que foram erguidos paulatinamente, desde há muito tempo.

Tomamos a liberdade de citar alguns fatos:

No ano de 1726, o curitibano ZACARIAS DIAS CÔR-
TES, organiza uma "bandeira", que desceu o rio Iguaçu e se introduziu pelos sertões de Palmas, indo sair nas barrancas do rio Uruguai. Em seu livro "Memória Histórica de Paranaguá", ANTÔNIO VIEIRA DOS SANTOS cita que "o nome de PALMAS proveio da abundância de butiazeiros (palmeiras) que então existiam nos seus campos". Tal denominação foi dada por ATANAGILDO PINTO MARTINS, quando, por ordem do Tenente-Coronel DIOGO PINTO DE AZEVEDO PORTUGAL, no ano de 1815, explora a margem esquerda do rio Iguaçu, conseguindo chegar aos campos de Vacaria, em São Pedro do Rio Grande do Sul, através dos sertões e campos palmenses.

Em 1840 era iniciada a povoação de Palmas. Para facilitar a comunicação entre o povoado e Guarapuava, era aberta uma picada, sendo encarregado desse trabalho, por ordem do Padre PONCIANO DE ARAÚJO, o sertanista FRANCISCO DE PAULA SILVA GOMES. Em 1843, já existiam algumas fazendas de criar.

A 19 de dezembro de 1853, era instalada a Província do Paraná, constituída do território que formava a Quinta Comarca, sendo ZACARIAS DE GOES E VASCONCELOS seu primeiro Presidente.

A Lei n.º 22, de 28 de fevereiro de 1855 elevou à categoria de Freguesia de PALMAS o povoado desse nome, sob a invocação de FREGUESIA DO SENHOR BOM JESUS DE PALMAS. Vinte e dois anos depois, pela Lei Provincial n.º 484, de 13 de abril de 1877, a Freguesia de Palmas foi elevada à categoria de Vila, passando a constituir município autônomo. Pelo Dr. RODRIGO OTÁVIO DE OLIVEIRA MENESES, então Presidente da Província, foram baixadas as competentes instruções para a instalação do novo município, ato esse que foi confiado à Câmara Municipal de Guarapuava.

Do ato da instalação realizado no dia 14 de abril de 1879,

lavrou-se a seguinte ata:

"Ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil oitocentos e setenta e nove, aos quatorze dias do mês de abril, nesta Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas, no Consistório da Igreja Matriz, às dez horas da manhã, compareceu o Tenente Manoel Joaquim de Oliveira, como Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, comigo, João Batista Pereira, Secretário da dita Câmara, para efeito de deferir juramento e dar posse aos vereadores desta mesma Vila, eleitos no ano passado, conforme determina as instruções expedidas por S. Ex.ª o Sr. Presidente da Província, datadas de quatorze do mês de fevereiro último, que foi anunciado por editais, aí reunidos os cidadãos Fermino Teixeira Batista, Frederico Teixeira Guimarães, José Ferreira de Araújo, Francisco de Assis e Araújo Pimpão, que apresentaram os seus diplomas, cada um por sua vez prestou em um livro dos Santos Evangelhos o juramento de bem desempenharem (cumprirem) os deveres inerentes ao dito cargo. Assim empossados os ditos Vereadores, o cidadão Fermino Teixeira Batista, de entre eles o mais votado tomou assento no topo da mesa e proclamou que se achava inaugurada a Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas, criada pela Lei Provincial n.º 484, de 13 de abril de mil oitocentos e setenta e sete, sendo os seus limites os designados na dita lei. Em seguida, a convite do mesmo Presidente, os membros da nova Câmara, o Presidente da de Guarapuava e mais cidadãos presentes se dirigiram ao corpo da mesma Igreja e assistiram ao Te-Deum entoado pelo Vigário, Reverendo Achilles Saporyti. Não havendo mais do que tratar-se o Senhor Presidente mandou encerrar-se a presente ata que sendo lida foi aprovada e assinada. Eu João Batista, Secretário a escrevi. (ass) Manoel Joaquim de Oliveira - Presidente; Fermino Teixeira Batista, Frederico Teixeira Guimarães, João Ferreira de Araújo, Francisco Assis e Araújo Pimpão."

O Decreto n.º 92, de 24 de dezembro de 1889 declara de 1.ª Entrância a Comarca de Palmas, anteriormente criada pela Assembléia Provincial. A Lei n.º 233, de 18 de dezembro de 1896 eleva a Vila de Palmas à categoria de Cidade.

Dai em diante, vem esta prodigiosa terra crescendo num ritmo firme e constante, chegando aos nossos dias com uma população de 40.000 habitantes, gozando de todas as vantagens da vida moderna, nos seus mais variados setores.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, parabeno-me com Palmas, na pessoa de seu digno Prefeito Municipal, Dr. JOSÉ FERREIRA DE ALMEIDA, — EMÍLIO ARGENTA, ilustre Presidente da Câmara de Vereadores e demais integrantes desse Legislativo Municipal, e JOSÉ BONIFÁCIO GUIMARÃES DE ANDRADE, esforçado Presidente da Comissão Organizadora dos Festejos.

Ao povo laborioso e ativo de PALMAS, ao qual tributo especial consideração, almejo progresso e paz, para honra e orgulho de todos os paranaenses e do Brasil."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fiori Luís.

O SR. FIORI LUÍS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Presidente da TELEPAR, em entrevista à imprensa, dias atrás em Londrina, anunciou a encampação do SERCOMTEL através da TELEBRÁS. SERCOMTEL — Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina, que, pelo anuário da TELEBRÁS do ano de 1977, Londrina está entre as primeiras do Brasil, em densidade de telefones, proporcional ao número de habitantes: 16,6 por 100 habitantes.

Somente o Rio de Janeiro está à frente de Londrina, e, em terceiro, Curitiba.

Autarquia que não recebe subsídios da TELEBRÁS, e foi fundada antes da TELEBRÁS, e vive às suas próprias expensas, atendendo a todas as normas e regulamentos da TELE-

BRAS.

Em telefones públicos é uma das primeiras do Brasil; é, em qualidade de serviço, também uma das primeiras do Brasil.

Foi criada, a SERCOMTEL, sem nenhuma ajuda oficial, apenas com as contribuições de auto-financiamento das subscrições.

É um orgulho de Londrina.

Já existe um movimento, na cidade, contrário à encampação do SERCOMTEL por parte da TELEPAR.

A SANEPAR, por exemplo, que encampou os Serviços de Água e Esgoto em Londrina, não tem uma superintendência lá. Tudo gira e gravita em torno da Capital.

Por que não estatizar, por exemplo, a coleta do lixo?

Londrina já gasta milhões, por mês, com os órgãos estaduais.

As escolas do Estado são mantidas pela Prefeitura.

A Prefeitura construiu prédio para a Polícia Militar; asfaltou o pátio do 5.º Batalhão da Polícia Militar; compra carros para o Corpo de Bombeiros; carros para a Rádio Patrulha; construiu o prédio do Tiro de Guerra; paga o aluguel da Junta Militar de Alistamento!

É só ônus por cima dos municípios, a arrecadação vai e dificilmente volta.

O SERCOMTEL é o orgulho para os londrinenses, fruto do pioneirismo e da vontade incomum do progresso. A comunidade está indignada com as declarações do Presidente da TELEPAR. Sabemos que é norma do Governo integrar os sistemas telefônicos do País, mas, e a cidade, o povo, a Prefeitura, simplesmente entrega o SERCOMTEL e estamos quites?

Sabemos que o SERCOMTEL é altamente rentável. É uma empresa estabilizada. Mas, o Governo, na ânsia desenfredda de encher seus cofres, não mede as consequências.

O que dá lucro se encampa.

Poderia se encampar, além da coleta do lixo, as creches, onde milhares de crianças não têm o arroz para comer.

Londrina está alerta, porque o exemplo de Maringá está vivo. Ali também a TELEPAR encampou. E por ocasião da ampliação da rede, a TELEPAR cobrou novas taxas.

E, enfim, é o povo sofrido, já com os bolsos vazios, é quem acaba arcando com as consequências.

Londrina está alerta, depois das declarações do Presidente da TELEPAR, com relação à encampação do SERCOMTEL, e existirá um movimento em defesa do SERCOMTEL que é a menina dos olhos do povo londrinense.

Obrigado Sr. Presidente, obrigado Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O objetivo de nossa passagem, hoje, nesta tribuna, é no sentido de testemunharmos a receptividade do Governador Ney Braga aos problemas que afetam — e afetam em muito — principalmente as áreas carentes de nossa população.

Estivemos, há dias passados, com o Governador, quando fizemos uma série de reivindicações que passaremos a anunciar, e de cuja audiência saímos muito satisfeitos, porquanto o Sr. Governador mostrou uma sensibilidade muito grande aos problemas invocados.

Centro Social Urbano, no Jardim Urano, bairro do Xaxim. É uma área carente desse benefício, porquanto estaria localizado numa região densamente povoada, com, aproximadamente cinquenta mil pessoas. Esse Centro Social Urbano viria proporcionar a estas pessoas, às famílias, oportunidades de lazer, de ensinamento, de entretenimento;

Creches nos bairros da Capital.

É uma das necessidades maiores, porquanto a situação econômica da maioria das famílias não permite que as mães

tenham suas atividades resumidas às de seu lar. Elas trabalham para ajudar o orçamento familiar. Mas, na quase totalidade, deparam com o problema: a falta de um local adequado para deixar seus filhos.

Como primeiro passo, reivindicamos a construção de uma creche na Vila Santa Amélia, uma área muito populosa, principalmente composta por operários que trabalham na Cidade Industrial;

Posto Médicos. Com o crescimento de Curitiba há de ser atacado o setor médico, com a instalação de Postos novos nas áreas periféricas da cidade. Citamos, novamente, o problema da Vila Santa Amélia, onde, graças a um trabalho comunitário, liderado pelo Centro de Ação Social Santa Amélia, Cassa, foi construído um prédio de alvenaria, com salas amplas, destinadas a consultórios médicos e dentários. Não houve qualquer participação do Governo nesta obra, não houve qualquer ajuda. Uma obra exclusivamente feita com o esforço da comunidade. Como não houve auxílio governamental, a comunidade está enfrentando dificuldades para a obtenção dos equipamentos para estes consultórios.

Escolas nos conjuntos residenciais:

Reivindicamos ao Sr. Governador do Estado, a construção de escolas anexas aos conjuntos residenciais, inclusive nos que foram entregues recentemente, ou seja, os conjuntos Parigot de Souza e Tiradentes, no bairro do Xaxim, onde até mesmo a população, os pais, estão revoltados, pela falta de escolas e, não têm a onde mandar os filhos.

Procurando atender aos moradores da Planta Rose Marie, ainda do bairro do Xaxim, pedimos a construção de uma escola, escola que já foi prometida e que viria facilitar e melhorar as oportunidades de ensino, naquela área, porquanto, as crianças da Planta Rose Marie são forçadas a deslocamentos muito grandes, de dois a três quilômetros até o Jardim Acordes, para estudar.

Segurança:

Segurança, foi outro tópico que nós abordamos. Defendemos a urgente criação de novas delegacias distritais, uma das quais, para o bairro do Pinheirinho, hoje um dos mais povoados e movimentados de Curitiba. Este distrito, no Pinheirinho, teria condições de atender o bairro de Umbará, onde ocorrem sucessivos registros policiais.

Outra área carente de um distrito policial, é o Jardim Paranaense, onde estatísticas mostram um alto índice de ocorrências.

Finalmente, abordamos vários aspectos do setor educacional e pedimos que, a Secretaria da Educação desenvolva estudos para a implantação de aulas de primeiro e segundo graus, nos estabelecimentos de ensino localizados nos bairros da Capital, para o período noturno.

Justificamos, porque, atualmente, a maioria dos jovens trabalha durante o dia, e, não pode continuar seus estudos, porque não há cursos noturnos, nos bairros, e, os que têm condições, se vêem forçados a estudar em estabelecimentos particulares localizados no centro da cidade. Pagam mensalidades altas; enfrentam problemas de transporte, e até mesmo, de segurança.

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Sentimos, ao longo de nossa audiência com o Sr. Governador Ney Braga, que, todos os problemas merecerão a atenção devida por parte dos setores afetados a cada uma de nossas reivindicações, e, desta forma, poderemos levar ao conhecimento público, a disposição de Ney Braga, em atender aos reclamos populares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Voltamos a abordar o assunto MENOR ABANDO-

NADO, tema debatido tantas vezes nesta Casa e que sempre merece a atenção de todos, pois é, na verdade, o maior problema social deste país.

Dias atrás, mais precisamente no dia 03 de abril, uma terça-feira, nada menos do que vinte e seis menores fugiram da Escola Professor Queiroz Filho. No dia posterior a fuga alguns deles já estavam retornando àquela Escola, devidamente recapturados. Neste retorno as mais diversas denúncias foram surgindo, com menores reclamando de maus tratos praticados por inspetores da Escola, citando inclusive alguns deles, como "Karatê" e Mexicano" (como são conhecidos pelos garotos). Reclamaram muito de sevícias e espancamentos, dizendo que sofrem grandes castigos, mesmo quando não ocorrem fugas. Revelaram-os menores que na hora da fuga não havia nenhum funcionário a vigiá-los, e isso ocorreu na hora da refeição, pouco antes do meio-dia.

Citamos estes detalhes apenas como exemplo da situação agravante e assustadora que se encontra atualmente o menor abandonado. Sabemos também das dificuldades enfrentadas pelo diretor do I.A.M., Dr. Newton Grein, uma pessoa dedicada às causas do menor e até elogiamos a sua coragem ao denunciar falhas do sistema atual.

Para denunciar as falhas, apresentar soluções e tentar de maneira séria e objetiva resolver o problema do menor abandonado no Paraná, estamos solicitando a constituição de uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, composto por cinco (05) membros. O requerimento conta com o apoio de vinte e dois dos Srs. Deputados que me honraram com suas assinaturas. São eles:

Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Renato Bernardi, Ezequias Losso, Darcy Deitos, Antônio Facci, José Domingos Teixeira, Waldyr Pugliesi, José Tavares, Fiori Luiz, Gernote Kirinus, Quielse Crisóstomo, Carlos Zanlorenzi, Nestor Baptista, Nelson Buffara, Antônio Romero Filho, Lineu Turra, Domício Scaramella, Adalberto Daros, Nelton Friedrich, José Tadeu Lúcio Machado e este Deputado.

Desta forma, contando com mais de vinte (20) assinaturas, o requerimento já está aprovado, independente de decisão do Plenário. Já estamos de posse do material utilizado na Comissão Especial do Menor e contamos com subsídios importantes de pronunciamentos dos Deputados Fidelcino Tolentino (situação do menor em Cascavél), Renato Bernardi (situação do menor em Maringá), Ezequias Losso (presidente da extinta comissão especial do menor) e outros dados importantes que estarão sendo anexados à C.P.I. do Menor Abandonado."

É importante Senhor Presidente, Srs. Deputados, a criação desta CPI. Acreditamos piamente na conclusão séria e objetiva dos trabalhos, porque realmente, o maior problema do Brasil, é o menor e nós estamos com o espírito aberto, para, se necessário for, ficarmos 24,00 horas à disposição desta CPI para que tenhamos conteúdo em mãos, para solução considerada por muitos, utopia, mas, na verdade, o impossível adjetivo dos imbecis, por isso, acreditamos na possibilidade da solução desses problemas.

Existe o menor abandonado, existe o menor órfão, que se não for cuidado, senão for atendido na hora certa, se transforma também no menor abandonado. Existe o menor revoltado, que perde a condição familiar; existe o menor desajustado, existe o menor débil mental, existe o menor delinquente. Todos esses terão que ser estudados socialmente através da C.P.I. que, no momento pretendemos criar.

Era isso, Senhor Presidente, era isso companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê).

"Valho-me, pela primeira vez, desta honrada tribuna parlamentar. Demorei-me para fazê-lo, não porque não o quisesse, mas sobretudo porque entendia e entendo que, dentro das minhas limitações, devo me manifestar especificamente sobre temas que afetam mais de perto àqueles que me delegaram a representação que exerço junto a esta colenda Casa.

Assim é Senhor Presidente, Senhores Deputados, que em meu primeiro pronunciamento, para meu desgosto, sirvo de instrumento para exteriorizar o espanto de que está tomada a minha gente umuaramense diante de fatos relacionados à Prefeitura local.

Efetivamente, adversário político que sempre fui do Prefeito João Cioni Neto, jamais, todavia, supus que estivesse levando a efeito administração tão deletéria quanto os últimos acontecimentos têm demonstrado.

Senhor Presidente, os rumores de corrupção eram tantos, que corriam soltos em qualquer reunião que houvesse na minha Umuarama. Já no primeiro ano da gestão CIONI NETO se sabia que as coisas não andavam bem nos bastidores da Municipalidade. Contudo, apoiado por seu partido, que conta com onze dos treze vereadores umuaramenses, tudo fazia o Prefeito, sem o menor freio. Os alertas dos corajosos vereadores JOSÉ PENTO NETO e ESTANISLAU HORWAT, emedebistas que honram as tradições de nosso Partido, de nada valiam. Tudo o que se procedia na Câmara dependia de prévia consulta ao Chefe CIONI, agindo seus vereadores quais marionetes.

Senhores Deputados, os pedidos de informações formulados pelos vereadores eram rejeitados e não havia como furar o cerco de proteção às irregularidades perpetradas na Prefeitura de Umuarama. Finalmente, em outubro passado, tendo o vereador JOSÉ PINTO NETO acusado o Prefeito Cioni Neto de corrupto, este o processou por crime contra a honra. Sucede que, para comprovar sua pretensa inocência, juntou o Prefeito documentos que eram exatamente aqueles que os vereadores emedebistas buscavam para comprovar a corrupção. De vítima, transmutou-se o Prefeito em réu de ação popular. E, de lá para cá, já não mais sendo possível ocultar as tantas irregularidades havidas na Prefeitura, foi o Prefeito CIONI NETO, paulatinamente, assintindo a redução de sua bancada, com o co-respectivo aumento dos adversários, a ponto de, hoje, contar com seis vereadores que lhe são favoráveis contra seis adversários, encontrando no Presidente da Câmara o divisor de águas e que, por sinal, tem desempatado quase sempre contra o Prefeito.

Em tal clima, aproveitando-se de desentendimento havido entre o Prefeito e seus vereadores, conseguiu-se aprovar duas Comissões Especiais com o objetivo de apurar o que de fato havia de verdadeiro nas tantas inquinações assacadas contra a Prefeitura.

Depois de quase uma semana de resistência do Executivo, ameaçada a propositura de mandado de segurança para garantir as prerrogativas da Câmara, finalmente, estando o Prefeito em Curitiba, autorizou ele seu Secretário a que permitisse o ingresso das Comissões nas dependências da Municipalidade.

Senhor Presidente. Os levantamentos foram e estão sendo procedidos por equipe comandada pelo advogado OSMAR JOSÉ SERRAGLIO, tendo como companheiros o contabilista EDEY MARINELLI e o engenheiro-civil, JOSÉ POSSENTI. Em poucos dias, as irregularidades apuradas foram tantas e de tal monta que os Assessores do Prefeito passaram a pressioná-lo para que renunciasse, objetivando, com isso, por paradeiro aos trabalhos das Comissões.

Em que pese não terem aquelas Comissões Especial divulgado qualquer relatório sobre o que foi apurado até o momento, de alguns fatos posso dar ciência aos meus ilustres Pares e à imprensa de minha terra.

Posso assegurar-lhes que se tratam de fatos já comprovados, aos quais me foi dado acesso pelos meus companheiros que integram aquelas Comissões. Permitam, Vossas Excelências, por isso, que passe a enumerá-los e perceberão o caos administrativo que representou a gestão do Sr. CIONI NETO e que, graças a Deus, está por se findar.

São dois anos de administração e dois são os anos de corrupção. Nem bem vencia as eleições, já se aprontava o alcaide para golpear os cofres do município, comprando um jornal local, de restrita circulação e para o qual carreou, em sua gestão, Cr\$ 965.000,00, chegando ao cúmulo de, em apenas um mês, efetuar-lhe pagamento de Cr\$ 250.000,00. Os contratos de publicidade eram firmados por assessores que, a um tempo representavam a Prefeitura e, a outro, o jornal. Eram pagadores e recebedores concomitantemente e, ao seu alvedrio, estipulavam as importâncias que pagariam a si mesmos. Tais valores são os mais disparatados possíveis, mais parecendo serem fixados na medida das necessidades momentâneas dos recebedores.

Em meados do ano passado, o correspondente da Folha de São Paulo procedeu averiguação sobre quem seriam os proprietários do mal-falado jornal, não conseguindo resultado e isso porque, pertencendo ao grupo do Prefeito, já então procuraram ocultar a corrupção que envolvia aquele periódico.

Aquele mesmo jornal, servindo de órgão oficial do Município, acobertava licitações de tal forma que, quando editais eram publicados, o jornal não circulava. Aliás, tal fato, aliado à dubiedade das formas de divulgação exigíveis em licitações de nossos municípios, nos levarão a formular projeto de lei que objetiva alterar redação de dispositivos da Lei Orgânica dos Municípios.

Afora esse milhão de cruzeiros conferidos ao jornal, o Prefeito descobriu outras formas de distribuir benesses a seus apaniguados, enquanto os funcionários estão com seus vencimentos atrasados há vários meses. Na gestão CIONI NETO proliferaram em Umuarama firmas especializadas em prestação de serviços, constituídas com o único objetivo de abocanhar verbas da Prefeitura, de onde recebiam sinal verde.

Assim é que, uma firma, cujos sócios são dois irmãos do Chefe do Gabinete do Prefeito, foi aquinhoadada com contrato para conserto de calçadas. Ouvidos pela Comissão da Câmara, os sócios praticamente nada sabiam da empresa que, na prática, era gerida pelo Chefe do Gabinete do Prefeito. Ocorre que, para tal firma, foram feitos pagamentos de 7 (sete) quilômetros a mais do que efetivamente realizou. Vejam bem, Excelências: não se trata de setenta metros, nem de setecentos metros e sim, de sete quilômetros não feitos, mas pagos. Para os funcionários, não há verba. Todavia, para serviços não realizados há, tanto que aquela firma recebeu tudo o que faturou, mesmo em se tratando de serviços não prestados. Além disso, a Prefeitura poderia ter efetuado aqueles serviços, com custo máximo de Cr\$ 100.000,00, e tinha mão-de-obra disponível para isso. Preferiu dar, de mão beijada, a seus assecas, Cr\$... 1.300.000,00.

Não param aí as irregularidades.

A capacidade criadora do Prefeito CIONI foi mais adiante do que se possa imaginar. Construiu uma casa para si, outra para funcionário do primeiro escalão e mais outra, para um radialista, valendo-se de mão-de-obra e material da Prefeitura, conforme já teve a Comissão oportunidade de comprovar. Além disso, colocou carpinteiros e pedreiros da Prefeitura, assim como utilizou caminhões da Municipalidade, em serviços realizados em sítio de sua propriedade. Resumindo, o que era da Prefeitura, era do Prefeito.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tais ainda são, quando muito, a terça parte do que apurou.

Enviou o Prefeito CIONI, à Câmara, projeto de lei soli-

citando autorização para obter empréstimo de Cr\$ 5.000.000,00, que seriam destinados à construção do Paço Municipal. Obtido o financiamento, desprezou a lei, nada aplicando na construção da Prefeitura.

Outra verba, destinada pelo Ministério da Educação, ao tempo em que nosso ilustre Governador era seu Titular, para construção do Ginásio de Esportes foi pelo Prefeito CIONI simplesmente sacada da conta vinculada e diluída em gastos nada atinentes ao Ginásio.

A serraria da Prefeitura mais trabalhou para assessores do Prefeito do que para a Municipalidade, tendo sido vergonhosamente desviada quantidade significativa de madeiras. Aliás, para um só assessor foram serrados mais de 200 metros cúbicos de madeiras.

Em determinado loteamento, cujo proprietário empregou vários veículos na campanha do filho do Prefeito à Deputado Federal, trabalharam máquinas da Prefeitura por mais de mês, executando serviços avaliados em mais de Cr\$ 1.000.000,00.

Quantos cruzeiros, Senhores Deputados, quantos foram recolhidos ou quantos constam como débito da empresa junto à Prefeitura? Nenhum centavo. Absolutamente nada. Fez-se política às custas do pessoal e do maquinário da Prefeitura. Aliás, até fora do Município foram empregadas máquinas da Municipalidade, objetivando angariar votos.

Que se dizer, por outro lado, que se dizer das retíficas de motores de máquinas e veículos da Prefeitura? Trata-se de inominável escândalo. Foram gastos milhões de cruzeiros com consertos não realizados. Às vezes, a firma se limitava, é incrível, se limitava a pintar o motor, para aparentar retífica. E os maquinários, com tais motores, nem sequer conseguiam sair do pátio da Prefeitura. Outras vezes, máquinas e veículos que sequer apresentavam defeitos, eram dados como retificados, pagando-se centenas de milhões de cruzeiros pela simples emissão de notas frias, partilhando-se certamente, o resultado. No corrente ano, dois veículos dados como retificados, com altas somas dispendidas, nem sequer foram à oficina.

Máquinas da Prefeitura são colocadas a serviço de sítios e fazendas de protegidos, de graça ou, quando não, pela ínfima importância de Cr\$ 150,00 a hora. Enquanto isso a Prefeitura, por serviços idênticos, pagava Cr\$ 400,00 à hora. Ou seja, enquanto a Prefeitura arrendava maquinário de particular, sob o pretexto de precisar acelerar suas obras, que fazia? punha as suas máquinas a trabalhar para terceiros, de graça ou quase gratuitamente, dependendo de quem fosse o beneficiário. Só com isso, foram ensejados prejuízos superiores a Cr\$ 2.000.000,00 à Prefeitura.

Mais outros milhões de cruzeiros foram gastos, com serviços dados como feitos por empreiteira da Autarquia de asfalto mas que em realidade, foi a Prefeitura que os realizou.

Sem funcionários e sem maquinário apropriado, faturou aquela empresa, que todos sabem ligada ao grupo de Prefeito, milhões de cruzeiros, pagando-os o município, muito embora executados às custas da Prefeitura.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado Antônio Romero, devo confessar que de início, não pude ouvir bem o seu pronunciamento. E para meu esclarecimento e de muita gente, gostaria de perguntar ao nobre Deputado, a que partido pertence o Prefeito que está sendo denunciado por Vossa Excelência.

O SR. ROMERO FILHO — Agradeço o aparte do companheiro Waldyr, o Prefeito de Umuarama pertence à ARENA.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Agradeço a informação, e fico muito contente, fico muito gratificado por saber que o Prefeito de Umuarama não pertence aos quadros do MDB, e nobre Deputado, convivendo quase que diariamente com Vossa Excelência, sei de muitas razões que fizeram com que o nobre

Deputado até o presente momento, não tenha trazido a sua palavra de combate a esta Assembléia.

Gostaria que nesta oportunidade, o nobre Deputado representante de Umuarama e de toda aquela região, trouxesse a esta Casa as razões do seu comportamento e deixar bem claro, aqui, uma vez mais que este caso de corrupção em Umuarama, é mais um dos milhares e milhares de casos de corrupção que existem neste País, e são tolerados por este regime injusto, ilegítimo, que baseando a sua atuação no combate à subversão e à corrupção, nada têm feito. E gostaria de deixar aqui a minha palavra de esperança, que pelo menos uma vez neste Paraná, se apurasse com seriedade aquilo que é denunciado, porque parece brincadeira o que se faz neste País, nobre Deputado.

Temos todos os dias, denúncias e mais denúncias, e os rigorosos inquéritos, muitas vezes são abertos e jogados nas gavetas e os poderosos, muitas vezes uns, ligados aos outros, acham uma saída para que tudo fique do jeito que está. Mas nós temos a obrigação, como representantes do povo do Paraná, de exigir que tudo seja apurado para que aqueles que realmente dilapidam o patrimônio público, aqueles que usam a máquina do Estado, aqueles que usam as Secretarias em épocas de eleição, e pós-eleições, sejam apontados à execração política, porque não é possível que se tolere ainda por mais tempo, neste País, a permanência destes casos que só levam a classe política ao descrédito junto à opinião pública.

A política é uma coisa muito séria. A administração é uma coisa muito séria e tudo deve ser apurado. Aqueles que têm culpa no cartório, devem pagar.

Acredito que esta, realmente, não é uma denúncia vazia, como se costuma fazer por aí. Nobre Deputado, agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu e o cumprimento, pelo cumprimento do dever que está praticando agora e nesta hora, nesta Casa do Povo.

O SR. ROMERO FILHO — Muito obrigado, nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

O Sr. Tuguio Setogutte — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) — O nobre Deputado realmente vem trazendo esclarecimentos, vem trazendo apontamentos, e talvez, trazendo a esta Casa, alguns esclarecimentos não sei se verídicos, mas que quero crer que sejam, porque, realmente desde que se ocupe uma tribuna há que se responder pelo que se fala e pelo que se pratica.

Agora nós, nesta oportunidade, apenas queríamos recriminá-lo por relatar fatos já passados, já sacramentados, já finalizados, porque é do conhecimento de Vossa Excelência e é nosso também, que o nosso Prefeito já renunciou no dia de hoje o seu mandato e, sendo assim, de que adianta, nesta oportunidade, depois de batalha, como Vossa Excelência ainda há pouco dizia, de sete meses, de um ano de corrupção, há tanto tempo aqui presente e só agora vem a esta tribuna, depois de sacramentado um fato, para nos explicar.

Devo dizer ao nobre Colega que a CPI irá continuar, que a ação popular terá o seu trâmite normal na Justiça, e se realmente comprovado for, como de fato Vossa Excelência está explanando, nós queremos crer que será feita a justiça no devido tempo e na devida hora. Porque é uma hora, seja da Oposição, seja da Situação, que se esclareça e que se empregue bem o dinheiro público.

Apenas uma referência, que nós queríamos dar, de não ser apenas Prefeitos da ARENA, como nós tivemos a oportunidade ainda, na outra gestão, o nosso Prefeito de Maria Helena, o nosso vizinho município, ele sendo do MDB, também teve que apelar para este subterfúgio, teve que fazer uma renúncia, para que depois fossem apurados, como de fato foram, as denúncias realizadas naquele município.

Só para dizer que nós estamos atentos, e atentos continuaremos a ficar, para acompanharmos e dentro de nossa possibilidade, dentro do que nos for solicitado, também entra-

remos em entendimento, seja com a CPI, seja com esta Casa, para esclarecimento, para que esta nossa classe tão desgastada, tão desacreditada, no momento certo como é agora, que nós nos propomos a fazer um trabalho consciente, sejamos respeitados e elevados na posição que nós, em aqui chegando, queríamos que fôssemos assim considerados. Era o que tinha a dizer. O SR. ROMERO FILHO — Agradeço o aparte do Deputado

Tuguio Setogutte. Quero dizer ao Deputado, o meu retardamento quanto às denúncias do Prefeito, vieram porque formada a CPI para verificar as irregularidades daquele município, nós não podíamos tumultuar o serviço porque estavam indo de uma certa maneira, sabendo que o Prefeito de Umuarama, como sempre foi um Senhor Todo Poderoso, nós não queríamos atrapalhar o andamento dos serviços da CPI.

Por isto, se o Prefeito renunciou hoje, o nosso pronunciamento desta Casa não poderia deixar de ser falado, porque acreditamos que se justiça tiver, aquele Prefeito terá que passar por ela, porque se existe corrupção comprovada naquele município, como foi. Porque se ele ao renunciar ao cargo é porque concordou, é porque viu que não tinha mais saída, iria ser cassado pela justiça, de nosso Paraná.

Mas, continuando meu pronunciamento: (Lê):

"Funcionários, a quem, sem prestar qualquer serviço à Prefeitura e até mesmo residindo em outro Estado, percebem elevada soma mensalmente, da Prefeitura.

Tudo é possível na administração CIONI NETO.

Perdeu Sua Excelência, o Prefeito CIONI NETO, a noção de moralidade administrativa. Perdeu o conceito que gozava junto a seus concidadãos. Perdeu a vergonha, a ponto de mentir e precisar ser desmentido publicamente, no final do ano passado, ao acusar a Câmara de não o autorizar a obter empréstimo, quando, em realidade, já estava autorizado, mas não dispunha de crédito junto aos órgãos financeiros.

Tão comprometida se encontra a receita da Prefeitura que não há mais como saldar as obrigações, senão com carência de mais de ano.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS.

Enquanto os funcionários da Prefeitura não têm como se alimentar, cortadas que foram até mesmo as famosas "orelhas de jegue" em razão de estar a Prefeitura com milhões de cruzeiros em cheques desprovidos de fundos junto a Supermercados de Umuarama, enquanto tal miséria os assalta, a ponto de promoverem greve, como andam os Governantes de nossa Umuarama? O Chefe do Executivo é hoje proprietário de fazenda e constrói em Umuarama verdadeira mansão. Um de seus assessores, que entrou na Prefeitura de mãos vazias, dela se retirou recentemente, qual rato de navio, depois de adquirir casa luxuosa, em região residencial de elite, além de possuir vários imóveis e ser sócio-quotista de duas rádios. Outro, constrói casa cujos vencimentos nem de longe lhe permitiriam tal. Um filho, saído de campanha de deputação federal, cujos gastos sabemos asseverados, ainda tem como adquirir avião.

POBRE GENTE UMUARAMENSE, cuja desdita lhe tem oferecido mandatários inqualificáveis.

Espero, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esperopiamente, que o alijamento da vida pública do Prefeito de Umuarama, sr. JOÃO CIONI NETO, se concretize com a maior brevidade possível. Não se tem notícia de tanta corrupção acumulada e nem se terá tão logo de outra. Nos anais das administrações mais corrompidas certamente figurará, em seu topo, a do PREFEITO CIONI NETO, de Umuarama. Triste para ele e seus filhos. Mais triste, para a minha querida Umuarama.

Senhor Presidente, muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Grande Expediente.

Consulto a liderança do Movimento Democrático Brasi-

leiro, se deseja fazer uso do seu horário. (Declino)

Declinado, consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional. (Declino)

Registramos com satisfação a presença neste plenário, do Sr. José Vicente Elias, Prefeito Municipal de Paranaguá, bem como do Sr. Deputado Federal Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, com apoio constitucional. (Lê a emenda).

"EMENDA À CONSTITUIÇÃO

O Art. 76, da Constituição do Estado do Paraná, revogado o seu Parágrafo Único, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 76 — O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para todos os efeitos legais.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1979.

(a) Darcy Deitos.

Apoioamento:

Nelson Buffara, Mário Celso, Edilson Alencar, Renato Bernardi, Lineu Turra, Adalberto Daros, Gernote Kirinus, Fiori Luiz, Del Ciel, José Tavares, Tadeu Lúcio Machado, Domício Scaramella, Deni Schwartz, Antônio Facci, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Waldyr Pugliesi e Romero Filho.

JUSTIFICATIVA:

Servindo-se à União, aos Estados ou aos Municípios, na qualidade de funcionário público, serve-se ao todo, ao País. Tudo é Brasil.

O esforço do servidor público, seu empenho em ser útil, sua dedicação é de proveito geral, aproveita a coletividade, não importa onde exerce seu labor ou em que esfera o preste.

É tudo serviço público, não cabendo, no particular, delimitar fronteiras ou fazer distinção legal onde a lei superior não distingue.

É o que explica e justifica a presente emenda: o funcionário público serve a todos, qualquer que seja o âmbito, e a isso deve corresponder uma contra-prestação, isto é, não ser excluído de benefícios que lhe possam ser atribuídos em função de seu tempo de serviço.

Sabendo-se que a Carta Federal não veda expressamente a medida proposta, já adotada, inclusive, em alguns Estados, parece ser cabível e justa a emenda, para a qual encarecemos o apoio dos nobres Pares."

Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoioamento.— Apoioado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, com o apoioamento de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão de Inquérito, no sentido de investigar e propor soluções para o problema do menor abandonado e suas implicações sociais.— Ao Departamento Legislativo.—

A Mesa solicita aos Srs. Líderes, que procedam a indicação dos referidos Srs. Deputados, para comporem a comissão, objeto do requerimento acima citado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 02/79, que declara

de utilidade pública a "Fundação Assistencial e Educacional Nossa Senhora da Luz" — FUNDALUZ, com sede e foro nesta Capital.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 02/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DA LUZ — FUNDALUZ, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO, Presidente;

DEL CIEL, Relator.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 159/78, de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que declara de utilidade pública a "Sociedade São José de Rio Verde Acima", com sede e foro na cidade de Araucária. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/78, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Palotina-A.P.M.I., com sede e foro na cidade de Palotina, Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/78, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que declara de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE FOZ DO IGUAÇU", com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 179/78, de autoria do ex-Deputado MAURÍCIO FRUET, que declara de utilidade pública a "Sociedade Espírita Ir. Clóvis Junqueira", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194/78, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a Associação Presbiteriana Beneficente de Guarapuava, com sede e foro na referida cidade. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/79, de autoria dos Senhores Deputados ERONDY SILVÉRIO e NILSO SQUIREZI, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 39 do Regimento Interno. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/78, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria no Município de Faxinal, os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina e Altamira, com divisas e sedes que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/79, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — APMI, com sede e foro no Município de Coronel Vivida. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado, artigo por artigo.

por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/79, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL que declara de utilidade pública a "LEGIÃO MIRIM DE ROLÂNDIA", com sede e foro na cidade de Rolândia, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Cid Campelo.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Cid Campelo.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Sr. Presidente da República, pela indicação do nome do ex-Governador Jayme Canet Júnior, para compor o Conselho Monetário Nacional.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem, na próxima quarta-feira, dia 18, do Dia Nacional de Luta pela Anistia.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da matéria publicada no jornal "Gazeta do Povo", onde é homenageado o ilustre paranaense Ubaldino Leal Fontoura, pelos seus 45 (quarenta e cinco) anos de serviços ininterruptos prestados ao Poder Judiciário.— **Aprovado.**

(A matéria acha-se publicada no final desta ata). — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Eliza Simões Mendes, ocorrido na cidade de Feira de Santana - Bahia.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da tribuna, solicitando voto de júbilo pelo transcurso do 1.^o centenário do Município de Palmas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de que sejam procedidos estudos, visando a encampação da Companhia Hidrelétrica Parapanema.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, no sentido de que informe a respeito do sistema telepiadas. Retirado pelo autor.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de apoio e solidariedade aos lavradores atingidos pelo reservatório de Itaipu.— Em votação.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como democrata que sou, não podendo votar jamais contra o povo da minha região, afirmo, desta tribuna, que voto favoravelmente ao requerimento de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus.

Entretanto, achando que a maneira mais certa para o diálogo entre o povo e Itaipu não é a que está se processando.

Porque, a própria direção da Itaipu Binacional tem colocado o seu Departamento Jurídico, o seu Departamento Específico para as Desapropriações, à disposição para o debate dos Parlamentares que representam aquela região, ou outros que assim o desejam.

Também tem comunicado, a Itaipu Binacional, que a Presidência daquela entidade está disposta a um diálogo entre aquela empresa, os Parlamentares e os colonos que serão desapropriados. Não aceitando, entretanto, a maneira de como aconteceu em Santa Helena, em praça pública. Solicita, a Direção de Itaipu, até mesmo que se faça uma Comissão Específica, e especialmente, de pessoas com nível, para que debatam para a melhoria dos preços da desapropriação.

Estamos aqui, exatamente neste momento, representando o povo da nossa região, e não, a Empresa Itaipu, como já me tacharam. Somos representantes do povo! Se nós levássemos a Comissão de Liderança para discutir com Itaipu, nós não estaríamos patrocinando reuniões que irritam e que através de demagogia são feitas, para no futuro, adquirirem o voto popular dos cidadãos que moram nas áreas que serão alagadas por Itaipu.

É necessário que o Parlamentar esteja consciente de que não devemos nos aproveitar de momentos tristes, de momentos difíceis das nossas áreas, para se fazer política durante quatro anos de mandato; nós temos é que, dentro deste Parlamento, dentro desta Casa de Leis, discutirmos aquilo que venha em benefício da nossa região. Até hoje, os Parlamentares da Oposição só têm mostrado os defeitos que Itaipu tem, mas não têm demonstrado o que ela traz, em benefício da nossa Pátria, especialmente à região Oeste do Paraná. Precisamos nos conscientizar de que estas obras, são construções de obras, para o futuro, e de que realmente estamos necessitando da edificação desta obra, que, trará melhores dias e que nos trará, também, uma economia no setor do petróleo, que é a gasolina que nós consumimos, e que vamos, com a energia elétrica, trazer benefícios para a nossa Pátria!

É por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que defendo a maneira mais fácil e mais correta, que é a do diálogo, entre a Direção de Itaipu, e o Departamento específico, que é o Departamento Jurídico daquela Empresa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós tivemos a satisfação enorme, de participar da reunião realizada no último dia 7 de abril, em Santa Helena, quando num estádio de futebol, mais de dois mil agricultores, reunidos de maneira ordeira, pacífica e disciplinada, foram dados verdadeiros depoimentos sobre a angustiante situação que vivem esses agricultores. Porque digo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em verdade não há nenhum objetivo ou cunho político eleitoral atrás disto, até porque, esses agricultores foram convocados, pela participação direta da Comissão de Justiça e Paz, pela Pastoral da Terra, pelos próprios Sindicatos que, agora estão começando a participar do movimento, e pela própria Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná. Isto tudo, significa um despertar desta gente, para que eles não sejam levados por intenções outras que pretendem, às vezes, pagar um preço injusto, como já aconteceu.

Tenho em mãos, relação de agricultores que foram envolvidos, e hoje estão totalmente arrependidos, inclusive de clientes particulares do nosso escritório, para dar aqui, o testemunho de que, receberam trinta e nove mil cruzeiros por alqueire de terra daquela região, quando na verdade não existe alqueire de terra, de área boa e mecanizada, por menos de cem a cento e vinte mil cruzeiros.

Tudo isto, significa um despertar desta gente, que teve a coragem de disciplinadamente, enfrentar o gigante binacional de Itaipu, não com o objetivo de ir contra a obra, mas, contra

as conseqüências sociais desta obra. Porque, não se objetiva visualizar o Homem, antes da solução técnica.

E digo mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados: o próprio Presidente da Binacional foi convocado por todos os organismos que realizaram esta reunião, esta assembléia e, ele se omitiu e não foi lá; também não mandou representante. E ainda pela imprensa, se veiculou de que era contra essa atitude e esse tipo de reunião associativa desses agricultores que se dizem prejudicados.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha manifestação de apoio a esse requerimento do Deputado Gernote Kirinus, que quando ainda Pastor da Igreja Evangélica, como Secretário da Pastoral da Terra do Paraná, teve a coragem desmedida de percorrer aquela região, e quando falava sobre Itaipu era uma grande utopia, devido a grandiosidade publicitária em torno do problema, e ninguém queria enfrentar a situação, e por isso, esse Deputado que convive conosco hoje, tem esse mérito e essa glória, de ter iniciado na Pastoral da Terra, o despertar para a justiça, porque nada mais queremos e nada mais estamos do que solidários a esses agricultores, que a posição da melhor justiça: que se dêem a esses agricultores o que eles merecem, e acima de tudo, lhes dêem assentamento aqui no Paraná, porque eles já vêm de anos e anos desbravando aquela região, e eles merecem ficar em nosso Estado, onde têm latifúndios improdutivos que a função social e ainda, mais do que nunca, necessitam serem reassentados em nosso Estado, para que não sejam jogados, mais uma vez, Sr. Presidente, ao norte do País, ao centro-oeste, tendo que, mais uma vez, enfrentar a mata brava e se reescalonar para que possam, novamente, criar núcleos de colonização e temos outros problemas graves na região, como a própria região do Ocuí (?) que saíram esses agricultores do Parque do Iguaçu.

Foram jogados num projeto do INCRA, e agora uma grande parcela desse projeto será inundada e terá, portanto, essa parcela expressiva de terra que também será desapropriada por agricultores que ainda também não foram desapropriados quando estavam no projeto que existe internacional de reflorestamento.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não queremos aqui deixar o nosso testemunho contrário à obra em si, embora haveremos de vir aqui várias vezes para analisar a maneira de como se fazem as coisas no Brasil, porque ela é mais uma obra brasileira feita verticalmente, de cima para baixo, sem a participação do povo, sem a participação do Congresso Nacional, sem a participação de nossos técnicos, da tecnologia nacional sem a participação dos grandes pensadores das nossas Universidades, como estamos vendo aí hoje com o problema nuclear e como também ocorreu e ocorre com Itaipu, e por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não cabe aqui nesse Parlamento, que nós aceitamos que se coloque, simplesmente, o Departamento Jurídico da Binacional, que já deu a sua manifestação de unilateralidade, de parcialidade na situação, mas nós estamos de portas abertas, e eu convoco aqui a bancada do MDB, que até agora, como confirmei com o líder do meu partido, não recebemos nenhum convite oficial para que pudéssemos ir dialogar nu'a mesa redonda com os diretores ou ao menos o Departamento Jurídico de Itaipu, para que nós possamos canalizar a voz angustiada dos injustiçados das indenizações de Itaipu, não com o objetivo de voto, não com o objetivo de enganar aquela gente, ou nos preocupando em aproveitamento emocional da situação que hoje existe, mas sim para que tenhamos uma posição de justiça. Só isso é o que nos interessa: preço justo e o reassentamento do Paraná.

Esta é a voz da assembléia que foi feita no dia 07 de abril, num campo de futebol, com mais de 2.000 agricultores, com mais de 50 depoimentos de agricultores de público e democraticamente falando. É a voz desse povo sofrido que merece a solidariedade de todos nós.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.
O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar) Eu quero esclarecer ao nobre Deputado Nelson Friedrich, que já há um convite à Assembléia, não para dialogar, mas para visitar a obra. Esse convite foi feito pelo Presidente Stroessner, do Paraguai, porque quando aqui, há dois anos atrás o Deputado Fidelcino Tolentino requereu que uma Comissão fosse visitar as obras de Itaipu, a Mesa, então presidida pelo Deputado Ivo Thomazoni, respondeu que por tratar-se de uma obra federal e binacional, nós Deputados precisávamos primeiro fazer um contato, para ver se lá seríamos recebidos. Cinco dias depois, lembro bem, Sr. Presidente, o Sr. Stroessner, ditador do Paraguai, deu uma voltinha e foi mostrar a grande obra paraguaia a um americano - Embaixador Toldeman. Foi quando esse Deputado se manifestou, nesta Assembléia, e solicitou oficialmente que se, não oficialmente porque não poderia, mas que se dirigisse ao Presidente Stroessner, para que o mesmo convidasse os Deputados do Paraná para entrarmos num pedaço do Paraguai, porque lá, infelizmente, não é mais território paranaense.

Mas, o ilustre Deputado Tércio falou a respeito das críticas que se fazem a Itaipu. Realmente, as coisas certas não precisam ser criticadas e ninguém nega o grande valor de Itaipu para o Brasil; principalmente como obra de provocação militar, porque ela nasceu, não de técnicos, porque Marcondes Ferraz por exemplo, o maior técnico brasileiro, se pronunciou contrariamente. E se procurarmos a nível nacional, aqui mesmo no Estado, conversem com o Ex-Presidente da COPEL, e ele prova, por A mais B, que apenas no Iguaçu e no Rio Chopim, nós teríamos 12 milhões de quilowatts, totalmente brasileiros. E se pudéssemos usar algum espírito, nós poderíamos consultar o grande ex-Governador deste Estado, falecido, Parigot de Souza, que apresentou certa vez, há alguns anos atrás, a reversão do Rio Negro, com quatro milhões e quinhentos mil quilowatts, aqui, no centro nevrálgico do País, entre São Paulo e Porto Alegre, e às barbas de Curitiba. Portanto, Itaipu é realmente uma obra de provocação; dizem, e está até no livro de Golbery, e na Pátria Golberyana, realmente, Itaipu tecnicamente, é condenada.

Provocação por provocação, Sr. Presidente, nós teríamos os 12 milhões de quilowatts fazendo a usina em território totalmente nacional, e nada precisaríamos dar a uma obra tão tecnicamente mal formada que até a ciclagem nós tivemos que negociar com o Paraguai. Até a ciclagem esqueceram de ver que no Paraguai era diferente; e, o Paraguai, agora ativo, com o ditador que tem, resolveu dar um golpe no Brasil: vai vender energia com 50 ciclos para a Argentina e para a Bolívia, e nós brasileiros, vamos pagar o desenvolvimento industrial da Argentina e da Bolívia.

Sr. Presidente, por isso, em defesa da oposição que tem criticado nesta Casa, como tem criticado no Congresso, não que a oposição tenha verdades, acontece que é uma obra que não foi consultado o povo, que não foi discutida como foi a Petrobrás; não é uma obra que o povo tenha participado.

É por isso que agora acontece. Nós já alertamos nesta Casa para os inconvenientes que ficarão como têm ficado em outros municípios do nosso Estado - os inconvenientes sociais que as grandes obras estão causando. Queríamos que os homens de Itaipu nos respondessem onde está a contrapartida da estrada de Guarapuava a Foz do Iguaçu, que seria u'a maneira de recuperar o muito que perderemos naquela área.

Onde está o projeto de lei que, aqui nesta Casa, foi pedido para que o Estado do Paraná que não vai ser beneficiado por Itaipu; onde está o projeto de lei que nós pedíamos, pedimos e pediremos para que o Paraná receba "royalties" à maneira que a Bahia recebe, pelo petróleo que é extraído do seu solo; queremos pela energia gerada em nosso Estado, em pagamento às grandes áreas inundadas. Estas são as críticas, Deputado Tércio, que nós como paranaenses, e até atendendo um apelo

do Líder que pediu que discutíssemos problemas paranaenses. Discutiremos problemas paranaenses e até nacionais, mas este é nitidamente paranaense, porque prejudicará imensamente este Estado, sem benefício nenhum, a não ser uma grande favela em Foz do Iguaçu, a não ser uma grande área inundada, a não ser alguns outros tecnocratas que viverão às margens da sociedade paranaense como hoje já vivem, proibindo inclusive, que nós paranaenses entremos naquele território, agora multinacional. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Na realidade, Sr. Presidente, o requerimento não demandaria discussão. Ela surgiu, em virtude das colocações feitas aqui pelo eminente Deputado Tércio Albuquerque, ao dizer entender não ser este o caminho mais consentâneo e mais objetivo, e até chegar a insinuar que ele tenha atrás de si um fundo eleitoreiro.

Acredito, Sr. Presidente, principalmente os Deputados da legislatura passada, que sabem das várias vezes que levantei aqui nesta Casa, juntamente com os outros Deputados do Sudoeste, Ivo Thomazoni e Luiz Alberto Oliveira, o problema das indenizações.

O requerimento objetiva, não os prós e os contras da Itaipu. Trata, especificamente, do problema da indenização da terra do homem que é compulsoriamente retirado de sua terra e não se lhe é paga a indenização devida.

Ora, Sr. Presidente, os Departamentos Jurídicos dessas empresas estão atrelados à filosofia dessas empresas. E qual é a filosofia que infelizmente para os nossos agricultores, qual é a filosofia hoje da COPEL, da ELETROSUL, da ELETROBRÁS, de Furnas, de todas as companhias mixtas e estatais nos últimos anos?

Sr. Presidente, nos últimos anos, infelizmente, o capitalismo de estado tem-se feito sentir como nunca, no Brasil. Essas empresas perderam aquela característica da administração indireta que deveriam conter, o caso da PETROBRÁS, o caso da ELETROBRÁS, que são um prolongamento do Governo; passaram essas empresas a disputarem na iniciativa privada o lucro, exclusivamente o lucro. Aí está a causa principal, porque não se paga a indenização devida, porque a administração pública, indiretamente através dessas empresas, e esta é a filosofia dessas empresas, obter lucro. Então, quanto menos se pagar para o humilde agricultor, tanto mais lucro terá esta empresa. Aí é que está a causa; o resto mais, tudo são efeitos.

Então, tratar com o Departamento Jurídico dessas empresas, data vênica, é no mínimo ingenuidade, e eu também cometi esta ingenuidade no começo do meu mandato, quando tentei dissuadir engenheiros, técnicos da ELETROSUL, com o problema de Salto Osório.

E, Sr. Presidente, é este mesmo Departamento Jurídico da ELETROSUL que há mais de cinco anos, na Justiça Federal, vem sustentando a todo custo numa ação em que os indenizados, lá e aqui o meu depoimento que o Deputado Ivo Thomazoni conseguiu advogado para aqueles indenizados, que o Deputado Luiz Alberto Oliveira também entendeu de que tratar com o Departamento Jurídico não adianta, porque o Departamento é o prolongamento da filosofia da empresa, há uma ação de indenização em que a ELETROSUL, por incrível que pareça, pretende pagar a insignificante e irrisória soma de dois mil cruzeiros por alqueire no Sudoeste, quando na realidade os desapropriados pleiteiam mais de 12 ou 15 mil cruzeiros.

Então, tratar com o Departamento Jurídico, no mínimo é ingenuidade. Eu já cometi essa ingenuidade. Peço ao Deputado Tércio que reveja o seu ponto de vista, e não continue nessa ingenuidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente o assunto extrapolou o objetivo do requerimento. E como fui chamado à discussão pelo depoimento de dois dos eminentes Deputados do Sudoeste, gostaria de fazer algumas colocações iniciais para definir o meu ponto de vista.

Em primeiro lugar, quero confessar que concordo com o Deputado Nilso Sguarezi, quando analisa o papel do capitalismo estatal na economia nacional.

Não só o problema do grande capital que essas empresas representam às vezes asfixiando os pequenos agricultores, mas também, porque estas empresas representam uma deformação do papel do Estado.

Todos nós sabemos que o Estado é o ente jurídico destinado a promover o bem estar da coletividade. E o que nós estamos verificando hoje, com uma suposta modernização da ação estatal, é na verdade um desvirtuamento desta ação que leva o Estado apenas a verificar os aspectos de lucro, em detrimento do aspecto social. Este ponto é realmente gravíssimo, não só com referência à ELETROSUL, com referência à COPEL, às empresas concessionárias de energia, mas também em todos outros setores. Aqui mesmo, quando da implantação da empresa EMOPAR, nós travamos na CCJ diversos debates a respeito deste assunto.

Colocada esta premissa de que realmente o Estado está agindo mal, quando age pelas mãos de empresas que só pensam no lucro, gostaria de discordar de algumas colocações feitas pelo eminente Deputado Deni Schwartz.

Em primeiro lugar, com relação ao nome do Presidente da República do vizinho País, Paraguai; em segundo lugar, Itaipu atendeu o convite desta Casa, quando o Presidente Costa Cavalcanti aqui esteve e dialogou com os Srs. Deputados.

No mandato passado, tivemos inúmeras oportunidades de dialogar com autoridades do setor energético, tanto estadual quanto federal. E nunca houve por parte dos homens que cuidavam do setor da energia elétrica do Paraná, sequer má vontade para discutir com os Srs. Deputados, que na verdade são os representantes do povo, e que andam bem quando trazem ao conhecimento do Estado, através desta tribuna parlamentar, os assuntos mais importantes da nossa terra. A Assembléia se perdeu muito nos últimos tempos, em função das reformas constitucionais.

A Assembléia poderá adquirir ou readquirir o grande conceito popular, desde que transforme em painéis de debates os assuntos mais importantes do nosso Estado.

Com relação à Itaipu, propriamente dita, nós sabemos que o Brasil viverá dentro de anos, uma crise muito grave, caso não consiga aumentar o seu potencial hidrelétrico, o seu potencial de geração de energia. Todos nós sabemos que nas regiões sul e sudeste do Brasil, onde se concentra 85 por cento da nossa população e 45 por cento da produção industrial brasileira, nós precisamos de energia de Itaipu, praticamente a qualquer custo. Sem que este qualquer custo signifique um custo diminuído às indenizações que devam ser pagas aos agricultores sacrificados das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.

Com relação à ação existente da ELETROSUL, com a construção da Usina Salto Osório, é bom que se diga, que Salto Osório não pode fazer a indenização em tempo hábil, porque os agricultores não possuíam os títulos definitivos da terra. E no momento em que o INCRA e a FICEPE (Fundação de Integração Paranaense de Terras e Cartografia) entregaram os títulos aos agricultores, tão logo isso foi possível, e eu

mesmo acompanhei diversos expropriados da região sudoeste, a ELETROSUL, e conseguimos, graças ao empenho de um eminente administrador paranaense, o Engenheiro Roberto Schulmann, que fossem feitos alguns pagamentos das indenizações requeridas da construção da Usina de Salto Osório.

Ainda agora, há entendimentos nestes dias para visar o pagamento de todos os expropriados da Usina de Salto Osório; e esta é uma notícia que transmito com alegria ao Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

Por fim, quero declarar que voto favoravelmente ao requerimento, por entendê-lo justo, por entender que o Paraná, realmente, já deu muito ao Brasil e necessita do apoio do País para construir as obras tão necessárias para o desenvolvimento estadual.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente.

Fica-me bem claro, ouvindo as palavras do nobre Deputado Tércio Albuquerque, a tática que tem sido empregada neste País, para se resolver certos problemas, ou para impor a vontade dos governantes deste País.

Todos nós sabemos que a união faz a força e a tática neste País, tem sido aquela de dividir. É muito mais fácil o Departamento Jurídico da Binacional tratar individualmente com cada um dos interessados naquele problema das terras. Não nos cabe aceitar pratos feitos, esta tarefa ingrata tem sido delegada à Situação neste País; não aceitamos como os fatos estão sendo desenrolados. Aqui se tenta dividir todos os lavradores (de lá).

Imaginem um lavrador sem dentes, muitas vezes analfabeto, entrando nos luxuosos gabinetes do Departamento Jurídico da Itaipu. Este lavrador já ficará totalmente deslocado e não sentirá a solidariedade que está sendo dada a eles, por elementos nossos como os nobres Deputados Kirinus e Nelson, que têm sabido ser, realmente, os intérpretes da vontade daqueles lavradores.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência não cometa uma injustiça. Os Deputados Deni Schwartz e Nilso Sguarezi também.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) (Faz soar os tímpanos).

O SR. WALDYR PUGLIESI — Todo o problema levantado, a respeito de tal situação, e já se invoca o termo demagogia. A nós, da Oposição, cabe fazer oposição, como já falou o Deputado Deni. Nos cabe, dentro de nosso enfoque, apontar os erros e tentar corrigi-los. E a prática que está se empregando é esta aí, em relação ao trabalhador, como é, em relação à UNE por exemplo; não se quer a organização da União Nacional dos Estudantes, órgão legítimo do estudantado brasileiro, porque fatos como este que está ocorrendo em Londrina, não aconteceriam, enquanto víamos professores demitidos lá na Universidade de Londrina, indo para a UNICAMP, homens de reputação mundial, inclusive um deles está quase conseguindo fazer com que se consiga o milho perene neste País, ao passo que aqueles que indicaram o atual reitor talvez consigam o burro perene, que é este elemento que está lá, à testa da Reitoria.

Sr. Presidente, quero deixar a minha solidariedade aos Deputados do MDB que estão prestando um serviço ao Estado do Paraná, levantando esses problemas e fazendo com que os lavradores não sejam enganados, mais uma vez. - (Com revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs.

Deputados.

Apenas porque também fui chamado ao debate pelo nobre Deputado Deni Schwartz, quando ele repisou, novamente, um pensamento que é meu e consubstanciado num pronunciamento que fiz nesta Casa, quando disse que no campo institucional esta Casa deveria ter seus problemas paranaenses; jamais fiz qualquer ressalva quando se debatem aqui os grandes assuntos nacionais, principalmente no campo econômico-financeiro.

Por diversas vezes ocupei a tribuna desta Casa, para verberar e até com certa aspereza, a política econômico-financeira posta em prática pelo Governo anterior, mais precisamente pelo Sr. Ministro de Planejamento e pelo seu ex-Ministro da Fazenda, quando nós discordamos e profundamente, das diretrizes traçadas por aqueles dois homens públicos a uma política econômico-financeira, que hoje está aí. Os resultados daquela desastrosa política nós estamos sentindo na carne, provando que tudo que dissemos naquela oportunidade, tínhamos uma certa dose de razão.

Eu queria esclarecer, Sr. Presidente, de uma vez por todas, o sentido que dei naquela frase, para que não me venha a ser cobrado, como já foi pela segunda vez, e de forma distorsiva, o que eu disse naquela oportunidade.

E também, Sr. Presidente, para dizer à Casa que está se fazendo tempestade num copo d'água.

O nobre Deputado Tércio Albuquerque encaminhou a votação. Solidarizou-se com o requerimento e pediu à bancada que votasse favoravelmente.

A bancada da Arena votará em homenagem a este grande companheiro, e também aqueles que foram injustiçados com o problema principalmente das desapropriações de Itaipu, pois reconhecemos o valor do requerimento, reconhecemos a justeza dos conceitos emitidos. Mas não vamos crucificar o nobre Deputado Tércio, porque ele declarou-se favoravelmente; ele fez apenas uma ressalva na forma como se pretende, o enfoque que se pretende dar ao programa. É preciso que se faça justiça ao nobre Deputado. Nós vamos votar favoravelmente e não há nada que justifique, que de um pequeno grão de areia se faça um debate do tamanho que foi feito hoje.

A bancada da Arena está solidária ao requerimento, reconhecendo os méritos, a sua justeza e também atendendo um pedido do nobre companheiro. Não só dele, como também do Deputado Werner Wanderer, que está aqui presente, enfim, os Deputados da Arena que fazem política naquela região.

E pediram realmente que a nossa bancada acompanhasse o requerimento do nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. —(Pausa) — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa esclarece aos Srs. Deputados que na manhã de hoje, recebeu a visita do Sr. Cássio de Paula Freitas, de Itaipu, onde trouxe uma resposta dos pedidos de informações solicitadas pelos Senhores Deputados da tribuna desta Assembléia, resposta esta que já deve estar sendo encaminhada aos Gabinetes dos Srs. Deputados que subscreveram tal pedido de informações.

E a Mesa ainda esclarece aos Srs. Deputados, que oportunamente fará um convite ao Sr. Costa Cavalcanti para que compareça à esta Assembléia, a fim de dialogar o problema Itaipu junto aos Srs. Deputados.

A Mesa registra com satisfação a presença em nossas galerias, de Sua Excelência o Sr. Deputado Federal, Maurício Fruet.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, terça-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/79 e dos Projetos de Lei n.ºs 83/78, 07/79 e 10/79.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 01/79, 18/79 e 19/79 e dos Projetos de Resolução n.ºs 05/79, 06/79, 07, 08 09 e 10/79.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Mário Celso, em sessão do dia 16 de abril de 1979.

"MEU PAI

Gilberto Fontoura

Despertei para a vida conhecendo a responsabilidade de um homem que se dedicou de corpo e alma ao seu trabalho, como ninguém. Via-o sempre muito compenetrado e era comum parentes e amigos afirmarem que talvez fosse um tolo por quase se escravizar naquele cartório. Saía pela manhã muito apressado, mal almoçava e já retornava aos seus compromissos. À noite debruçava-se aos processos que trazia. O Dr. Davi era muito exigente e ainda que não fosse era preciso atender a um pedido de um advogado amigo, que tinha pressa na tramitação daquele inventário. Saberá, ainda hoje, contar as poucas vezes que faltou ao serviço, em 45 anos ininterruptos, em Colombo e Curitiba.

Mesmo quando adoentado, trabalhava. Tão logo comunicávamos sua doença levavam-me a máquina de escrever e todos aqueles papéis. O serviço precisava manter-se em dia, rigorosamente. Férias? Qual nada. Ninguém, todavia, em casa, o censurava, porque jamais faltou em atenções para com a família. E ainda que alguém o fizesse, de nada valeria. Sua vida era o cartório. Onde quer que fosse encontraria, certamente, um bacharel, um juiz de direito, e o assunto era o mesmo. O Tribunal, os processos, a vida do fórum. Aos poucos, fui conhecendo verdadeiramente esse homem.

Em quase 36 anos ouvi manifestações carinhosas e amigas sobre ele que me tornaram seu. Já, que me moldaram o caráter, que me fizeram saber o valor de quem exerce uma profissão com garra, fé e muito amor. Todos que o conheceram — e quantos? — dirigiram a mim a melhor referência sobre sua humildade, atenção e zelo no relacionamento profissional. E assim, dia após dia, em todos os anos de minha vida — posso afirmar sem nenhum constrangimento fui ganhando novos amigos e recebendo considerações especiais, ao tempo em que ouvia, orgulhoso, com o coração cheio de alegria, palavras gratas, que traduziam o apreço com que todos o distinguiam. Nunca soube que tivera um atrito com quem quer que seja. Multiplicaram-se os elogios de pessoas que o conheceram. E ninguém escondia o fato de, em alguma ocasião qualquer, ter estado em sua companhia a lhe pedir um favor, um conselho. E recebi retribuições formando um vasto círculo de amizades que me são muito caras.

É deste homem que venho lhes falar, depois de tanto ouvir. Quero afirmar agora, a todos os advogados, juizes, desembargadores, serventuários da justiça (seus colegas), amigos enfim, que realmente ele é um cara genial. É meu pai, o paranaense Ubaldino Leal Fontoura, nascido em Colombo, em 1915, e, graças a Deus, com muita saúde. Apenas que ele, agora, está lá em casa. Eu, minha mãe, meus irmãos, noras e netos o queremos conosco, como o compromisso de dispor de muito tempo a todos nós. Afinal acaba de encerrar uma longa e vitoriosa carreira, após prestar 45 anos ininterruptos ao Poder Judiciário paranaense. Iniciou no cartório do cível e comércio, órgãos anexos, da provedoria e tabelionato de notas, do então termo de Colombo, em 1934, de cuja serventia era titular seu saudoso pai, coronel e ex-deputado estadual, José Leal Fontoura. Em 1939 transferiu-se para o cartório do 2.º Ofício de Órfãos, Ausentes e Provedoria da Comarca de Curitiba, do qual foi titular o escrivão David Silveira da Mota. Cumpriu sua missão com galhardia, dignidade. Este homem é meu pai e me fez muito feliz.

Obrigado Fontoura, em nome da família que formou sob os melhores exemplos de conduta ilibada e personalidade marcante."

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 344/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2320, de 15 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 198/77, de 11 de abril de 1977, na parte que se refere ao funcionário BELMIRO MARTIN, matrícula n.º 282, que designou para exercer as funções de Assistente de Plenário, do Departamento Legislativo.

II — designar o funcionário acima mencionado para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 2.ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 345/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2320, de 15 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 043/79, de 31 de janeiro de 1979, na parte que se refere ao funcionário adido a este Poder, VILSON DA SILVA NATAL, que atribuiu a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Presidência; e,

II — atribuir ao funcionário acima mencionado, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista da 2.ª Vice-Presidência, até 30 de abril de 1979.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 346/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2320, de 15 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, a pedido, o Decreto Legislativo n.º 448/77, de 10 de junho de 1977, que designou para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2.ª Vice-Presidência, a funcionária CARMEN APARECIDA FREGONEZE, matrícula n.º 098.

II — designar a funcionária RUTH CARVALHO DE MELLO, matrícula n.º 256, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2.ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

III — designar o funcionário ANTÔNIO GARCIA, matrícula n.º 020, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2.ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 347/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2320, de 15 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

atribuir ao funcionário ARY NATAL CHEMIN, matrícula n.º 297, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a Função Gratificada, símbolo

5-F. de Motorista do Gabinete da 2.ª Vice-Presidência.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CORTES — Presidente

BASÍLIO ZANUSSI — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 288/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3147, de 03 de abril de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

designar ADILAURINDA RIBEIRO DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Quielso Crisóstomo da Silva, no período compreendido entre 13 a 31 de março de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 289/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2994, de 29 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para 1.º a 30 de julho do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 446/79, ao funcionário Contratado deste Poder, ALCIONE GUILHERME CORDEIRO WEISS.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 290/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3156, de 05 de abril de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário LUIZ DOUGLAS FERREIRA, matrícula n.º 103, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 291/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3053, de 02 de abril de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

antecipar para 30 de março a 28 de abril do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO, matrícula n.º 418, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 292/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3274, de 04 de abril de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

GIOACHINO SUGAMOSTO — Mat. 549

ETHEL DE PINHO NEVES — Mat. 244

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 293/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3061, de 02 de abril de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário ATTÍLIO PEREIRA DE LIMA, matrícula n.º 478, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 294/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2460, de 20 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

marcar para 1.º a 30 de maio do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, ao funcionário ATTÍLIO PEREIRA DE LIMA, matrícula n.º 478, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 295/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3401, de 05 de abril de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário ALCEU RAMOS, matrícula n.º 363, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral